



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Evolução histórica do constitucionalismo. 2 A Constituição. 2.1 Noções fundamentais. 2.2 Concepções e teorias. 2.3 Tipologia. 2.4 Conteúdo e supremacia das normas constitucionais. 3 Poder Constituinte. 3.1 Conceito e origens. 3.2 Titularidade e legitimidade. 3.3 Natureza e limites. 3.4 Poder Constituinte originário e derivado. 3.5 Limitações ao Poder Constituinte derivado. 3.5.1 Limites formais e materiais. 3.5.2 Limites temporais e circunstanciais. 4 Normas constitucionais. 4.1 Normas constitucionais de organização, programáticas e definidoras de direitos. 4.2 Existência, validade, eficácia e efetividade das normas constitucionais. 4.3 Modalidades de eficácia da norma constitucional: direta, interpretativa e negativa. 4.4 Interpretação das normas constitucionais. 4.5 A técnica da ponderação. 5 Princípios constitucionais. 5.1 Supremacia da constituição. 5.2 Presunção de constitucionalidade. 5.3 Unidade da Constituição. 5.4 Interpretação conforme a Constituição. 5.5 Razoabilidade e proporcionalidade. 5.6 Efetividade. 6 O princípio da dignidade da pessoa humana. 6.1. O mínimo existencial. 6.2. Vedação de retrocesso. 7 Direitos e garantias fundamentais. 8 Direitos e deveres individuais e coletivos. 9 Direitos políticos. 10 Organização do Estado. 10.1 Organização político-administrativa. 10.2 União. 10.3 Estados Federados. 10.4 Distrito Federal. 10.5 Municípios. 11 Poder Judiciário. 11.1 Conselho Nacional de Justiça. 11.2 Supremo Tribunal Federal. 11.3 Tribunais Superiores. 11.4 Justiça Federal. 11.5 Justiça Militar da União. 11.6 Dos Tribunais e Juízes dos Estados. 12 Ministério Público. 13 Defensoria Pública. 14 Controle de constitucionalidade. 14.1 Sistemas. 14.2 Controle difuso e controle concentrado de constitucionalidade. 14.3 Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade. 14.4 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 14.5 Inconstitucionalidade por omissão. 14.6 Mandado de injunção. 15 Remédios constitucionais. 15.1 Habeas corpus. 15.2 Habeas data. 15.3 Mandado de segurança. 16 Controle judicial de políticas públicas.

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Conceito e objeto do Direito Administrativo. 2 Bases constitucionais. 3 Princípios constitucionais e infraconstitucionais do Direito Administrativo. 4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.2 Legalidade e mérito do ato administrativo. 4.3 Existência, validade e eficácia do ato administrativo. 4.4 Invalidação, anulação e revogação. 5 Função pública. 5.1 Investidura e exercício. 5.2 Direitos e deveres do servidor público. 5.3 Regimes jurídicos. 5.4 Responsabilidade civil, penal e administrativa do servidor público. 5.5 Direito de greve. 5.6 O militar. 5.6.1 Estatuto dos Militares. 5.6.2. O dever de disciplina. 5.6.3 Hierarquia. 5.6.4 A punição disciplinar. 6 Improbidade administrativa. 6.1 A ação civil pública por improbidade administrativa. 7 Bens públicos: conceito, características, classificação, administração e utilização. 8 Poderes da Administração Pública. 9 Limitações administrativas da propriedade. 10 Organização administrativa. 11 Responsabilidade civil do Estado.

DIREITO PENAL: 1 Da aplicação da lei penal. 1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade. 1.2 A lei penal no tempo e no espaço. 1.3 O fato típico e seus elementos. 1.4 Relação de causalidade. 1.5 Culpa. 1.6 Superveniência de causa independente. 2 Crime consumado, tentado e impossível. 2.1 Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 2.2 Arrependimento posterior. 2.3 Crime doloso, culposo e

preterdoloso. 3 O erro. 3.1 Erro de tipo. 3.2 Erro de proibição. 3.3 Erro sobre a pessoa. 4 Coação irresistível e obediência hierárquica. 5 Causas excludentes da ilicitude. 6 Imputabilidade penal. 6.1 Concurso de pessoas. 6.2 Concurso de crimes. 7 Penas. 7.1 Espécies, cominação e aplicação. 7.2 Suspensão condicional da pena. 7.3 Efeitos da condenação e da reabilitação. 8 Ação penal pública e privada. 8.1 Extinção da punibilidade. 9 Legislação Penal Extravagante. 9.1. Lei nº 11.343/06. 9.2 Lei nº 10.826/03.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1 Princípios gerais. 1.1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.2 Sujeitos da relação processual. 1.3 Inquérito policial. 2 Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. 2.1 Ação penal pública. 2.1.1 Titularidade, condições de procedibilidade. 2.1.2 Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. 2.2 Ação penal privada. 2.2.1 Titularidade. 2.2.2 Queixa. 2.2.3 Renúncia. 2.2.4 Perdão. 2.2.5 Perempção. 3 Jurisdição. 3.1 Competência: critérios de determinação e modificação. 3.2 Incompetência. 3.3 Efeitos. 3.4 Questões e processos incidentes. 4 Prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. 5 Juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da justiça. 6 Prisão, liberdade provisória e medidas cautelares alternativas à prisão. 7 Citações e intimações. 8 Atos processuais. 8.1 Forma, lugar e tempo dos atos processuais.

DIREITO PENAL MILITAR: 1 Aplicação da lei penal militar. 2 Crime. 3 Imputabilidade penal. 4 Concurso de agentes. 5 Penas. 6 Aplicação da pena. 7 Suspensão condicional da pena. 8 Penas acessórias. 9 Efeitos da condenação. 10 Ação penal. 11 Extinção da punibilidade. 12 Crimes militares em tempo de paz. 12.1 Título II - Dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar (Capítulos I a VI). 12.2 Título III - Dos crimes contra o serviço militar e o dever militar (Capítulos I a IV). 12.3 Título IV - dos crimes contra a pessoa (Capítulos I, III, VI - seção I, e Capítulo VII). 12.4 Título V - Dos crimes contra o patrimônio (Capítulos I a V). 12.5 Título VI - Dos crimes contra a incolumidade pública (Capítulo III). 12.6 Título VII - Dos crimes contra a administração militar. 12.7 Título VIII dos crimes contra a administração da justiça militar. 13 Crimes propriamente militares. 13.1 Conceito. 13.2 Tipificações penais. 14 Crimes impropriamente militares. 14.1. Conceito. 14.1 Tipificações penais. 15 Lei nº 13.491/17.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR: 1 Processo Penal Militar e sua aplicação. 2 Polícia judiciária militar. 3 Inquérito policial militar. 4 Ação penal militar e seu exercício. 5 Processo. 6 Juiz, auxiliares e partes do processo. 7 Denúncia. 8 A Justiça Militar da União. 8.1 Lei nº 8.457/1992 (Organização da Justiça Militar da União). 9 Questões prejudiciais. 10 Exceções. 11 Medidas preventivas e assecuratórias. 12 Providências que recaem sobre coisas. 13 Providências que recaem sobre pessoas. 13.1 Prisão em flagrante. 13.2 Prisão preventiva. 13.3 Menagem. 13.4 Liberdade provisória. 14 Citação, intimação e notificação. 15 Atos probatórios. 15.1 Interrogatório. 15.2 Confissão. 15.3 Perícias e exames. 15.4 Testemunhas. 15.5 Acareação. 15.6 Reconhecimento de pessoa e coisa. 15.7 Documentos. 15.8 Indícios. 16 Processos em espécie. 16.1 Processo ordinário. 16.2 Processos especiais. 16.3 Deserção de oficial e de praça. 16.4 Insubmissão. 17 Nulidades. 18 Recursos. 18.1 Regras gerais. 18.2 Recurso em sentido estrito. 18.3 Correição parcial. 18.4 Apelação. 18.5 Embargos.



Documento assinado eletronicamente por **VINÍCIUS MATHEUS FERREIRA LIMA, Promotor de Justiça Militar**, em 10/04/2023, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mpm.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1281871** e o código CRC **CA0BB845**.